



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO CEARÁ**



**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**Fortaleza/CE, 31/03/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO CEARÁ**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Fortaleza/CE, 31/03/2011

## Sumário

Introdução.....	5
1 – Informações Gerais de Identificação.....	7
2 – Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade .....	9
3 – Informações sobre Restos a Pagar 2010 .....	40
4- Recursos Humanos.....	41
5 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios.....	49
6 - Declaração da área Recursos Humanos .....	50
7 – Informação sobre o Sistema Controle Interno.....	51
8 – Informação quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental .....	53
9 – Informações sobre a gestão do Patrimônio Imobiliário.....	55
10 – Informação sobre a gestão de Tecnologia da Informação.....	57
11 – Informação sobre a utilização de Cartões de pagamento do Governo Federal .....	59
12 – Outras Considerações.....	61
13 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	63

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PIB – Produto Interno Bruto**

**Port. – Portaria**

**PPA – Plano Plurianual**

**SR – Superintendência Regional**

**RG – Relatório de Gestão**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**UO – Unidade Orçamentária**

## LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	7
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por programa de Governo - 0662.....	12
Quadro A.2.2 – Demonstrativo da Execução por programa de Governo - 1353 .....	13
Quadro A.2.3 – Demonstrativo da Execução por programa de Governo - 1453 .....	15
Quadro A.2.4 – Demonstrativo da Execução por programa de Governo - 0750.....	17
Quadro A.2.5 – Demonstrativo da Execução por programa de Governo - 0089.....	19
Quadro A.2.6 – Demonstrativo da Execução por programa de Governo - 0087.....	20
Quadro A.2.7 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.....	22
Quadro A.2.8 – Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade .....	30
Quadro A.2.9 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa .....	30
Quadro A.2.10 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários.....	32
Quadro A.2.11 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa .....	33
Quadro A.2.12 - Evolução de Gastos Gerais.....	35
1. Quadro A.2.13 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....	36
Quadro A.2.14 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos .....	37
Quadro A.2.15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos ...	38
Quadro A.2.16 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos .....	38
Quadro A.3.1 – Informação sobre Restos a Pagar - 2010.....	40
Quadro A.4.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2010 .....	41
Quadro A.4.2 – Composição do quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação em 31/12/2010.....	42
Quadro A.4.3 – Composição do quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade – Situação em 31/12/2010.....	42
Quadro A.4.4 – Composição do quadro de Servidores Inativos – Situação em 31/12/2010.....	43
Quadro A.4.5 – Composição do quadro de instituidores de pensão – Situação em 31/12/2010.....	43
Quadro A.4.6 – Composição do quadro de estagiários .....	44
Quadro A.4.7 – Quadro de custos de recursos Humanos de 2008, 2009 e 2010.....	44
Quadro A.4.8 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	43
Quadro A.4.9 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	45
Quadro A.4.10 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão-de-obra.....	46
Quadro A.5.1 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos.....	47
Quadro A.6.1 - Declaração do Responsável pela Área de Recursos Humanos .....	49

Quadro A.7.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ .....	51
Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	53
Quadro A.9.1 – Distribuição Espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União. .	55
Quadro A.9.2 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	55
Quadro A.10.1 – Gestão de TI da UJ .....	57
Quadro A.11.1 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador .....	59
Quadro A.11.2 – Despesa com cartão Corporativo (Série Histórica) .....	60
Quadro A.13.1 - Declaração do Contador Responsável.....	63

## Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 .

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, informações sobre restos a pagar, recursos humanos, declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG, informações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, controle interno, adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, gestão do patrimônio imobiliário, gestão de tecnologia da informação, informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, outras considerações e declaração do contador responsável.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos mediante convênio, renúncia tributária e providências adotadas para atender determinações e recomendações do TCU ou dos órgãos de controle interno não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, uma (01) Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte e um (01) Posto Avançado localizado na Cidade de Sobral, o qual foi instituído pela Portaria n.º 219/2007-DG/DPF.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, nove (09) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP, Delegacia de Defesa Institucional - DELINST, Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH subordinadas a Delegacia Regional Executiva e, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM, subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado), além de quatro (4) Núcleos (Núcleo de Operação – NO, Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, Núcleo de Inteligência Policial – NIP e Núcleo de Repressão a Crimes Financeiros – NURFIN) e três (3) Setores (Setor de Recursos Humanos – SRH, Setor Técnico-Científico - SETEC e Setor de Administração e Logística Policial - SELOG).

Considerando que o Estado do Ceará, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: - ocupa porção estratégica do ponto de vista econômico no território nacional; tem por limites o Oceano Atlântico a norte e nordeste, os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba a leste, o Estado do Pernambuco ao Sul e o Estado do Piauí a oeste; encontra-se em operação dois portos de sustentação do Estado o Porto de Mucuripe e do Pecém; o Aeroporto Internacional Pinto Martins; sua área total é de 148.825,602 km<sup>2</sup>, ou 9,37% da área do Nordeste e 1,7% da superfície do Brasil. A população do estado estimada para o ano de 2008 foi de 8.448.055 habitantes, conferindo ao território a oitava colocação entre as unidades federativas mais populosas.

A capital e maior cidade é Fortaleza, sede da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Outras cidades importantes fora da RMF são: Juazeiro do Norte, Crato na Região Metropolitana do Cariri, Sobral na região noroeste, Itapipoca na região norte, Iguatu na região centro-sul e Quixadá no sertão ao todo são 184 municípios.

Região de riquezas e belezas naturais possui grande fluxo de estrangeiros e nacionais que

frequentam o litoral cearense, conseqüentemente grande movimentação de vôos regionais e internacionais no Aeroporto Internacional Pinto Martins, como em toda região nordeste, o Estado do Ceará e uma das regiões de grandes questões políticas locais, concentrando esforços no combate aos crimes de maior incidência crimes praticados contra criança e adolescentes (pedofilia e exploração sexual), crimes eleitorais, tráfico interestadual e internacional de drogas, crimes contra o meio ambiente e patrimônio histórico, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2010, a SR realizou mais de 271 operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 188 mandados de busca e apreensão e 233 prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 1.300 (mil e trezentos) Inquéritos Policiais, relatados 2268 (dois mil duzentos e sessenta e oito), e ficaram em aberto (em andamento) 3.365 (três mil trezentos e sessenta e cinco) inquéritos.

Considerando que em 2010 foi um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, teve como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Para tanto a DELINST realizou as operações no ano de 2010, total de 248, conforme Plano Operacional das Eleições 2010 no 1º e 2º turno na Capital (Fortaleza) e nos interiores do Estado do Ceará. Também continuaram sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes, exploração sexual, pedofílias e repressão a crimes previdenciários.

No ano de 2010 foi aplicado o Plano de Ação para saneamento de Inquéritos Policiais. Este plano teve por objetivo a redução do número de inquéritos policiais instaurados até o ano de 2005.

Para o ano de 2011 esta Superintendência tem como objetivos principais a melhoria da gestão, o combate a corrupção, ao narcotráfico, crimes contra o meio-ambiente, crimes cibernéticos, fraudes bancárias e crimes previdenciários.

# 1 - Informações Gerais de Identificação

## Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará.			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Ceará			
Código SIORG: 1142	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200393	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(85) 3392-4900.	(85) 3392-4998	(85) 3392-4972
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gab.srce@dpf.gov.br">gab.srce@dpf.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Rua Laudelino Coelho, nº 55, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>–Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 161, de 14/04/65, BS. 073, de 20/04/65.</p> <p>–Transformada em Delegacia Regional pelo Dec. Lei 908, de 01/10/69, DOU. 189, de 02/10/69.</p> <p>–Transformada em Superintendência Regional pelo Dec. 70.665/72, DOU. 104/72</p> <p><b>FUNAPOL:</b> - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p> <p>- Criação de DAS Decreto nº 70.665 de 02/06/72, DOU 104, de 06/06/72</p>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			

**Unidades Gestoras relacionadas à Unidades Jurisdicionais**

<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
200392	Tesouro

## **2 - Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade**

### **2.1 - Responsabilidades Institucionais da unidade**

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Ceará

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Ceará exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

## 2.1.2 - Objetivos Estratégicos

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pelo Dirigente Regional os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓Melhoria da Gestão;
- ✓Combate à Corrupção;
- ✓Combate ao Narcotráfico;
- ✓Inserção Internacional;
- ✓Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓Crimes Cibernéticos e fraudes bancárias.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência do Ceará atuou mais notadamente nos crimes financeiro, meio ambiente e exploração sexual e pedofilia, o chamado turismo sexual, bem como atuou no combate a crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público, conforme Plano Operacional das Eleições 2010.

## ***2.2 - Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais***

No ano de 2010 a atuação da Superintendência Regional no Estado do Ceará abrangeu diversas operações de combate a corrupção, desvio de verba pública, crimes contra o meio ambiente, tráfico de entorpecentes, combate ao Turismo Sexual e Pedofilia ligado a internet.

Atuou também com diversas operações totalizando 248 com a finalidade de combater os crimes eleitorais e os desvios de dinheiro público na capital e nos interiores do Estado do Ceará.

Para tanto esta Regional contou com o apoio da Polícia Militar, C.G.U., A.G.U., entidades do Governo do Estado do Ceará e não governamentais ao combate do turismo sexual, Ministério Público Estadual e Federal.

Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de valorização e capacitação dos servidores tanto no âmbito desta Superintendência como no Órgão Central, racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parcerias e integração com outras instituições públicas, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Controladoria Geral da União, Advocacia Geral da União, Serviço do Patrimônio da União (SPU), visando sempre o bem comum.

## **2.3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ**

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de Ceará executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à Reforma de um espaço junto a Delegacia de Polícia de Juazeiro do Norte onde será instalado o NUTEC/SETEC/SR/CE visando atender parte daquela região e do Estado de Pernambuco, em cuja divisão territorial dos Estados esta concentrado o chamado “Polígono da Maconha”, onde se realizam constantes investidas do Órgão Central com apoio das SR/DPF/CE e SR/DPF/PE no combate a erradicação da maconha naquela região e a contratação de serviços de instalação do elevador do prédio da Superintendência.

O programa de Apoio Administrativo, que representa parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade para manutenção das atividades de apoio, terceirização de serviços de limpeza, vigilância predial, manutenção predial, recepcionistas, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Regional, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento, especificamente nas indenizações de armas entregues pela população e na ação de enfrentamento ao Crack e outras drogas.

Ressaltando ainda que esta Regional executou recursos nos programas de Previdência de Inativos e Pensionistas da União e Gestão da Política de Previdência Social visando o combate as fraudes previdenciárias.

## 2.3.1 - Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

### 2.3.1.1 - Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

**QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - 0662**

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: Não informado				Responsável: DPF Aldair da Rocha – Superintendente Regional no Estado do Ceará		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>	Não se Aplica <sup>1</sup>	R\$ 3.420.071,48	R\$ 3.407.397,09	R\$ 12.674,39	R\$ 3.407.397,09	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/10	120	174,69	75	174,69
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
Gradativamente a Superintendência empenhou-se para que este índice se invertesse cobrando-se não só resultados, mas também oferecendo o suporte necessário para que isto ocorresse.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação

constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

### Considerações

Quando da assunção do Superintendente Regional, este buscou captar as dificuldades e necessidades dos servidores, principalmente aqueles que atuam diretamente com inquéritos policiais, visando com isto alterar os índices que se apresentavam até então, gradativamente estes índices foram se invertendo, até alcançar o patamar que hoje vemos acima do previsto no exercício.

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Ceará implantou em 2010 o Plano de Ação para Saneamento de Inquéritos Policiais instaurados até 2005. O objetivo deste plano foi diminuir a quantidade de IPL's mais antigos. Dentre as medidas tomadas citam-se as seguintes:

- Apresentação ao NUCOR de despachos saneadores dos IPL's instaurados até 2005;
- Gestão junto ao SETEC/CE e Regionais onde tinham cartas precatórias destes IPL's;
- Operações policiais com viagens para instruir estes IPL's.

### 2.3.1.2- Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

QUADRO A.2.2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - 1353

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça					
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.					
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro			Responsável: ARTUR FREIRE DE SOUSA REIS		
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>	Não se Aplica <sup>1</sup>	R\$ 332.550,22	R\$ 31.701,75	R\$ 300.848,47	R\$ 31.701,75
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência		Índice previsto no exercício	Índice atingido no

		<b>Data</b>	<b>Índice inicial</b>	<b>Índice final</b>		<b>exercício</b>
	Este programa não possui indicadores					
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						

Fonte: SIGPLAN

### *Considerações:*

Considerando as ações de modernização da Polícia Federal no Ceará, no exercício de 2010, destacamos a aquisição de dois elevadores novos para o Ed. Sede e a obra de recuperação e reforma do prédio onde está instalada a Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE.

O Edifício Sede da Polícia Federal no Ceará foi definitivamente entregue pela empresa construtora em outubro de 1977. Foram 33 anos de uso dos dois elevadores, um privativo e outro para atender a demanda tanto de servidores quanto do público externo. Com o uso continuado, veio o desgaste e o comprometimento da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais, o desconforto dos servidores e daqueles que demandam os serviços da Polícia Judiciária da União, atingindo de forma direta as suas qualidades de vida.

Diante da inviabilidade de manutenção pelos custos elevados, com recorrentes defeitos, e que uma modernização não se justificaria pelo elevado valor, no ano de 2010 foi realizada licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de dois elevadores novos, com manutenção preventiva e corretiva pelo período de garantia mínima de 12 meses.

Ainda no referido exercício, ocorreu a entrega do projeto executivo e especificações das adequações de alvenaria e rede elétrica, conforme previsão na Cláusula Terceira, Item 3.2.1, e o pagamento 10% (dez por cento) do Valor Total, a título de Mobilização, Cláusula Quinta, Item 5.1 do Contrato nº 08/2010-SR/DPF/CE.

Outra ação a ser destacada, foi a licitação para a contratação de empresa de engenharia para a execução de obra referente a Reforma e Recuperação do prédio onde está instalada a Delegacia de Juazeiro do Norte/CE, que corresponde a uma Circunscrição formada por 53 municípios, numa área de muita incidência criminal.

Em expediente do Chefe daquela Descentralizada, há relatos de que a laje que separa o térreo do andar superior tremulava com o trânsito das pessoas.

Com a visita de engenheiros ao local verificou-se o comprometimento da estrutura do prédio e que, conforme Informação Técnica nº 100/2010-SETEC/SR/DPF/CE, necessita de reforço em sua parte anterior, solução, que segundo a mesma Informação, deverá aumentar a rigidez de sustentação da laje do piso no vão de circulação do andar superior, portando a recuperação veio a atender uma questão de segurança do prédio.

Já a reforma visa adequar o prédio a instalação da Unidade Técnica Científica, além de dar maior conforto aos seus servidores e usuários da Delegacia, considerando que anualmente cresce a demanda pelos serviços daquela Descentralizada.

A licitação foi realizada em 16 de dezembro de 2010, na modalidade de Tomada de Preço, resultando na contratação da empresa CENTRO SUL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.163.823/0001-87 através do Contrato nº 08/2010-SR/DPF/CE, no valor de R\$ 121.205,22 (cento e vinte e um mil, duzentos e cinco reais e vinte e dois centavos).

### 2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

QUADRO A.2.3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - 1453

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA: 1453</b>		<b>Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI</b>				
<b>Tipo do Programa: Finalístico</b>						
<b>Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça</b>						
<b>Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.</b>						
<b>Gerente: Não informado</b>				<b>Responsável: Aldair da Rocha</b>		
<b>Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.</b>						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>	Não se Aplica <sup>1</sup>	R\$ 442.574,69	R\$ 438.274,69	R\$ 4.300,00	R\$ 438.274,69	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	31/12/10	*	*	14	*
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (óbitos por homicídio/População estimado no ano) x 100.000						
Análise do Resultado Alcançado						

\*Taxa discriminada na tabela a seguir  
Fonte: SIGPLAN e SSPDS/CE

Considerações:

<b>Meses</b>	<b>Ano 2009 Taxa (por 100 mil hab.)</b>	<b>Ano 2010 Taxa (por 100 mil hab.)</b>
Janeiro	2,44	2,53
Fevereiro	1,94	3,33
Março	2,27	3,01
Abril	2,11	2,95
Maio	2,45	2,84
Junho	2,62	2,35
Julho	2,52	2,12
Agosto	2,73	1,85
Setembro	2,62	2,32
Outubro	2,84	2,75
Novembro	2,57	2,5
Dezembro	2,53	2,73

Fonte: SSPDS/CE

O índice referente a taxa de homicídios foi retirado do Relatório Estatístico mensal de Homicídios Dolosos no Estado do Ceará da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. A estatística mensal foi computada por meio da contagem de todos os crimes que ocorreram entre o primeiro e último dia do mês no Estado do Ceará como um todo.

Nesta ação a Polícia Federal atuou em duas ações: Campanha de Desarmamento e Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

Na campanha de desarmamento foram pagas indenizações de 237 armas o equivalente ao valor de R\$ 35.400,00 (trinta cinco mil e quatrocentos reais).

No enfrentamento ao Crack e outras drogas vale destacar a atuação da Delegacia de Repressão a Entorpecentes que durante o ano de 2010 fez as seguintes apreensões:

#### SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS

<b>MÊS</b>	<b>COCAÍNA(g)</b>	<b>MACONHA(g)</b>	<b>HAXIXE</b>	<b>ANFETAMINAS</b>	<b>PSICOTRÓPICOS</b>
JAN/10	24.237,00	1,60	-		
FEV/10	80,00	-	-		
MAR/10	70.496,00	-	-		
ABR/10	26.448,43	-	-	200 comp. + 89,32g	
MAI/10	23.509,00	-	-	-	
JUN/10	10.020,00	9.865,00	-	-	
JUL/10	1.615,00	368,00	-	-	
AGO/10	54.308,00	1.051,00	-	-	
SET/10	25.839,28	1.779,00	53,84	39 comp.	2,90g (LSD)
OUT/10	55.051,00	-	-	-	
NOV/10	23.660,94	-	-	-	-
DEZ/10	389.388,91	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>704.653,56</b>	<b>13.064,60</b>	<b>53,84</b>	<b>239 comp. + 89,32g</b>	<b>2,90 (LSD)</b>

### 2.3.1.4 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

QUADRO A.2.4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - 0750

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA: 0750</b>		<b>Denominação: Apoio Administrativo</b>				
<b>Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</b>						
<b>Objetivo Geral: Não informado</b>						
<b>Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos</b>						
<b>Gerente: Não informado</b>			<b>Responsável: ARTUR FREIRE DE SOUSA REIS</b>			
<b>Público Alvo: Governo</b>						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>	Não se Aplica <sup>1</sup>	5.927.399,94	5.635.959,92	291.440,02	5.635.959,92	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	Este Programa não possui indicadores.					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

A Polícia Federal compõe o Sistema Nacional de Segurança Pública e tem previsão no

art.144 da Constituição Federal, exercendo as funções de Polícia Administrativa e Judiciária no cumprimento de suas atribuições legais, com o objetivo de manter a lei e a ordem, na preservação da segurança pública.

Como Polícia Judiciária, a PF atua na investigação de crimes federais e no cumprimento de determinações do Poder Judiciário, exercendo, com exclusividade a investigação das infrações praticadas em prejuízo de bens serviços e interesses da União.

A Polícia Federal também age protegendo bens, direitos e atividades, com o objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas cause prejuízos para a coletividade. Assim atuando estará exercendo as atribuições de Polícia Administrativa, que de forma preventiva e repressiva disciplina, regulamenta e fiscaliza direitos e interesses dos cidadãos.

No exercício de suas atividades a Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará é composta da Sede, Anexo, DEPOM- Delegacia de Polícia Marítima, localizada no Porto do Mucuripe, Núcleos de Fiscalização de Tráfego Internacional, localizados no Aeroporto Pinto Martins e Porto do Mucuripe.

Depreende-se do exposto que todo apoio administrativo, logístico, orçamentário e financeiro é fundamental e indispensável para o êxito empreendido nas atividades-meio e fim.

Começamos por destacar a necessidade imperiosa de uma frota sempre disponível em condições de uso, requerendo contratos de fornecimento de peças, serviços mecânicos, além dos serviços de reboque, que é utilizado tanto para o transporte de viaturas quanto para veículos apreendidos nas operações policiais e que estejam sem condições de uso.

A manutenção preventiva e corretiva, incluindo troca constante de pneus, além de revisões periódicas é uma prática de prevenção necessária evitando desta forma acidentes que põem em risco a vida de servidores e terceiros.

Toda a estrutura da Polícia Federal no Ceará em funcionamento demanda materiais permanentes e de consumo, além de contratação de prestação de serviços de remanufaturamento de toner e cartuchos usados para impressora, dentre outros.

A continuidade de vigilância armada, embora com redução nos posto de serviços, possibilitou o retorno dos servidores policiais a atividade-fim.

Finalmente cumpre destacar que, com as restrições orçamentárias no exercício de 2010, com recursos destinados apenas à manutenção dos contratos existentes, não houve aquisição de material permanente nas quantidades necessárias e demandadas, como equipamentos de informática, ar condicionados, aparelhos de fax, fragmentadoras, etc, o que de certa forma tem reflexos na produtividade e qualidade dos serviços.

### 2.3.1.5 - Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

QUADRO A.2.5 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - 0089

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA: 0089</b>		<b>Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>				
<b>Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</b>						
<b>Objetivo Geral: Não informado</b>						
<b>Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes</b>						
<b>Gerente: Não informado</b>			<b>Responsável: Eliza Maria Barbosa de Almeida</b>			
<b>Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas</b>						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>	Não se Aplica <sup>1</sup>	48.664,54	48.664,54	0,00	48.664,54	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Este Programa não possui indicadores.				0	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIGPLAN

## 2.3.1.6 - Programa 0087 - Gestão da Política de Previdência Social

QUADRO A.2.6 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO - 0087

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA: 0087</b>		<b>Denominação: Gestão da Política de Previdência Social</b>				
<b>Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</b>						
<b>Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável</b>						
<b>Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social</b>						
<b>Gerente:</b> Carlos Augusto Simões Gonçalves			<b>Responsável:</b> Eliza Maria Barbosa de Almeida			
<b>Público Alvo:</b> Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>	Não se Aplica <sup>1</sup>	8.077,08	6637,08	1.440,00	6.637,08	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Este Programa não possui indicadores.				0	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIGPLAN

### Considerações:

Os programas 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União Programa e 0087 – Gestão da Política de Previdência Social são recursos destinados ao combate a

crimes previdenciários que fica sob a responsabilidade da DELEPREV que durante o ano de 2010 realizando 19 prisões temporárias e 02 operações: Operação Mônaco e Operação Registro, que serão discriminadas mais adiante.

## 2.3.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.7 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo <sup>1</sup>	Prio <sup>2</sup>	Unidade Medida	Meta Física <sup>3</sup>			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000	A	3	Não há	NA	Não há	NA	NA	5.907.213,89	NA
06	125	0662	2679	A	3	Documento emitido	NA	**	NA	NA	34.498,09	NA
06	128	0662	4572	A	3	Servidor capacitado	NA	71	NA	NA	7.631,00	NA
06	181	0662	2726	A	3	Operação realizada	NA	268	NA	NA	3.288.015,14	NA
06	181	0662	4679	A	3	Pessoa Protegida	NA	***	NA	NA	18.557,20	NA
06	181	1353	8979	A	3	Unidade reformada	NA	****	NA	NA	332.550,22	NA
06	183	0662	2720	A	3	Ação realizada	NA	1	NA	NA	71.370,05	NA
06	422	1453	20ev	A	3	Não há	NA	Não há	NA	NA	407.174,69	NA
06	422	1453	8375	A	3	Indenização paga	NA	237	NA	NA	35.400,00	NA
09	271	0087	8452	A	3	Operação realizada	NA	2	NA	NA	8.077,08	NA
09	122	750	2000	A	3	Não há	NA	Não há	NA	NA	20.186,05	NA
09	272	0089	0181	OP	3	Pessoa beneficiada	NA	**** *	NA	NA	48.664,54	NA

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

\*\* A partir de março de 2008 com a criação do SIPROQUIM, o banco de dados do produtos químicos, o órgão central – DCPQ/CGPRE, passou a emitir e fiscalizar as empresas de produtos químicos cabendo somente as descentralizadas o recebimento de tais documentos para repassa-los aos seus interessados.

\*\*\* Controle do órgão central em Brasília das pessoas protegidas

\*\*\*\* Reformas serão concluídas em 2011

\*\*\*\*\* Não há como medir quantas pessoas foram beneficiadas .

### **Análise Crítica:**

<b>Programa: 0750 - Apoio Administrativo</b>	<b>Despesa Empenhada</b>
Ação: 2000 - Administração da Unidade	5.927.399,94

**Ação 2000 – Administração da Unidade** - As ações que não possuem unidade de medida não há como mensurar a realização da meta física, o que acontece na Ação de Administração da Unidade.

<b>Programa: 0662 – Prevenção e Repressão a Criminalidade</b>	<b>Despesas Empenhada</b>
Ação: 2679 – Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio precursores químicos	R\$ 34.498,09
Ação: 4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	R\$ 7.631,00
Ação: 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra bens, serviços e interesses da União	R\$ 3.288.015,14
Ação: 4679 – Serviço de proteção ao depoente especial	R\$ 18.557,20
Ação: 2720 – Ações de caráter sigiloso	R\$ 71.370,05

#### **Ação 2679 – Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos**

A partir de março de 2008 com a criação do SIPROQUIM, o banco de dados do produtos químicos, o órgão central – DCPQ/CGPRE, passou a emitir e fiscalizar as empresas de produtos químicos cabendo somente as descentralizadas o recebimento de tais documentos para repassa-los aos seus interessados.

#### **Ação 4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação**

Foram capacitados 71 servidores conforme quadro a seguir. Importante ressaltar a importância das palestras realizadas nesta SR/CE que pode contar com a participação de um número significativo de servidores. A área administrativa participou também de cursos importantes para o desempenho de suas funções, ressaltando a importância do curso sobre sanções administrativas aplicáveis a licitantes e contratados à luz da Jurisprudência do TCU porque durante o ano de 2010 foi necessária aplicação deste conhecimento adquirido pelos servidores para penalizar algumas empresas contratadas.

<b>CURSO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>NÚMERO DE PARTICIPANTES</b>
Curso de atualização do sistema automatizado	07 a 12/02	Brasília	1
III Curso de Boas Práticas em Laboratório e Química Forense	28/02 a 05/03	Brasília	1
1º Curso de Análise Forense em Ambientes Windows	01 a 12/03	Brasília	1
II Curso de Técnicas de Investigação em DELEPAT	07 a 09/03	São Paulo	1
II Curso de Medidas de sistemas em Telecomunicação e Telemática	21 a 26/03	Brasília	1
Treinamento na Casa da Moeda do Brasil	12 a 17/09	Rio de Janeiro	1
Curso sobre crimes cibernéticos	12 a 17/09	Brasília	1
Seminário sobre Direito Ambiental	10 a 12/11	Brasília	1
Seminário Execução Orçamentária e Financeira		Brasília	3
Estágio de Inteligência	'20/09	Recife	1
1º Curso Básico de Libras		Brasília	2
Palestra Estresse		Fortaleza	30
Palestra sobre serviços e benefícios da Previdência Social		Fortaleza	20
Palestra drogas e crack		Fortaleza	1
Sanções Administrativas aplicáveis a licitantes e contratados à luz da Jurisprudência do TCU	18 a 21/05	Salvador	2
Planilha de Composição de custos e Formação de Preços	29 e 30/06	Rio de Janeiro	3
Curso sobre SIASG e Retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na contratação de bens e serviços	02 a 06/08	Brasília	1

**Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra bens, serviços e interesses da União**

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, a ação de prevenção e repressão a crime praticados contra bens, serviços e interesses da união temos os seguintes Núcleos e Delegacias: DREX, DELEFAZ, DELEMAPH, DELEMIG, DEPOM, DELINST, DELESP, DELEPAT, NURFIN e DELEARM que realizaram 268 operações no ano de 2010, que serão relacionadas a seguir:

**DELEMIG**

<b>PRATO REAL</b> (Março)	Mandado de Prisão para fins de extradição com busca e apreensão, por determinação do Supremo Tribunal Federal em desfavor do estrangeiro Luis Jorge Lopes Moreira
<b>FORTALEZA BOY</b> (junho)	Com Mandado de Busca e Apreensão de Materiais relacionados a crimes na Internet (PEDOFILIA)
<b>PEDOFILIA CAUCAIA</b> (junho)	Com Mandado de Busca e apreensão de materiais relacionados a crimes na Internet (PEDOFILIA)
<b>CAROL CAMPOS</b> (julho)	Com Mandado de Busca e apreensão de materiais relacionados a crimes na Internet (PEDOFILIA)
<b>GERMANO COSTA LIMA</b> (julho)	Com Mandado de Busca e apreensão de materiais relacionados a crimes na Internet (PEDOFILIA)
<b>ANA PAULA LEITÃO</b> (setembro)	Com Mandado de Busca e apreensão de materiais relacionados a crimes na Internet (PEDOFILIA)
<b>MARCELO FABIANO</b> (novembro)	Com Mandado de Busca e apreensão de materiais relacionados a crimes na Internet (PEDOFILIA)
<b>MARCO “vivendo” em Quixadá</b> (dezembro)	Com Mandado de Busca e apreensão de materiais relacionados a crimes na Internet (PEDOFILIA)

**DEPOM**

Fiscalização e Patrulhamento Marítimo	Litoral dos Portos do Mucuripe e Pecém	Prevenção e Repressão a Crimes de competência da União
Operações de Apoio a Receita Federal	Porto do Mucuripe	Apoio a fiscais da Receita Federal para abordagem de embarcações
Abordagem de Navio da Petrobrás para retirada de tripulante	Alto mar de Fortaleza	Abordagem de navio em alto mar para conduzir para terra tripulante que havia ameaçado oficial superior
Apoio a Receita Federal na abertura de contêiner	Companhia das Docas do Ceará	Apoio aos fiscais da Receita Federal para abertura e fiscalização de contêineres
Operação de Apoio ao M.P.F. e Ministério do Trabalho em Fortaleza	Litoral de Fortaleza e cais pesqueiro	Apoio aos servidores do M.P.F. e Ministério do Trabalho no Ceará na abordagem e fiscalização de embarcações
Combate a furto/pirataria a navios cargueiros	Porto do Mucuripe	Ações Policiais marítimas (ostensiva e investigativa) para repressão ao furto de navios cargueiros
Apoio a Capitania dos Portos do Ceará	Porto do Mucuipe	Fiscalização a embarcação denominada MALK

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Embarcações Fiscalizadas</b>	0	0	15	20	30	41

<b>Bens Apreendidos</b>	0	0	03 barcos	0		02 barcos apreendidos Diomedes I e Diomedes II
-------------------------	---	---	-----------	---	--	--

### DELINST

As operações realizadas no ano de 2010, total de 248, foram realizados conforme Plano operacional das eleições 2010 no 1º e 2º turno na Capital (Fortaleza) e nos interiores do Estado do Ceará: sobral, Juazeiro do Norte, Tianguá, Quixeramobim, Crateús, Russas, Tauá e Iguatu. Investigações para verificar denúncias de supostas práticas de crimes eleitorais e outros tipos de investigações policiais, assim como: entrega de intimações, segurança de chefe de Estado, ministros candidato a presidência da República e missões policiais com os órgãos INCRA, FUNAI, IBAMA.

### DRCOR - DELEPAT

Operação Dezoito I e II	Referente ao IPL nº 1162/2010, visou desarticular quadrilha de roubo a banca na região do município de Boa Viagem e interior do Ceará
-------------------------	---

### NURFIN

Operação Gárgula II	Continuação da Operação Gargula I, de 08/12/2009, esta por sua vez foi deflagrada no dia 29/04/2010, cujo objetivo era o mesmo combater organização criminosa envolvendo empresários destinadas cometimento da lei de licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. Esta segunda parte por determinação judicial foram bloqueadas 10 contas, porém não foi possível efetuar o levantamento do montante, 30 mandados de busca e apreensão, 06 prisões temporárias, foram arrecadados e apreendidos R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e US\$2.000,00 (dois mil dólares americanos)
Operação Goliath	Objetivo é a ampliação da investigação das Operações Gargula I e II, esta foi deflagrada em 23/06/2010, sendo que foram expedidos 11 mandados de busca e apreensão, 02 prisões temporárias, não foram apreendidos veículos ou numerários.
Operação Podium	Desencadeada em 25/11/2010, teve por finalidade combater organização criminosa envolvendo grandes empresas e uma entidade recreativa cearense voltadas para a prática de crimes financeiros, crimes definidos na lei de licitações públicas, corrupção, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Foram expedidos pela Justiça 32 mandados de busca e apreensão, 09 mandados de prisão temporárias, foram apreendidos R\$5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), US\$3.090,00 (três mil e noventa dólares americanos) e €S\$100,00 (cem euros)
Operação Ocotoupus	Objetivo é a ampliação da investigação das Operações Gargula I e II, esta foi deflagrada em 14/12/2010, sendo que foram expedidos 05 mandados de busca e apreensão, não foram apreendidos veículos ou numerários

### DELEFAZ

Dinheiro Fácil	Desencadeada neste Estado visando desarticular quadrilha de falsificadores de papel moeda e introdução na circulação da moeda fácil: 1. Cumpridos 06 (seis) Mandados de Busca e e de Prisão: 2. Apreendido farto material comprobatório do ilícito; 3. Relatado o IPL correlato.
----------------	---

Firewall	Desencadeada neste Estado e no Estado de São Paulo visando combater fraudes que lesam a Caixa Econômica Federal, através de clonagem de cartão bancário e por meio do canal Internet Banking: 4.Cumpridos 15 (quinze) mandados de prisão e 20 (vinte) Mandados de Busca e Apreensão; 5.Apreendido farto material comprobatório do ilícito; 6.Relatado o IPL correlato.
----------	---

Participação a nível do Estado, nas investigações, cumprimentos de Mandado de Prisão e Mandados de Busca e Apreensão nas Operações:

Catenda – DPF/PAT/PB – Desencadeada visando desarticular quadrilha de contrabandistas de cigarros;

Panacéia – CGPFAZ/DIREX/BSA/DF - Desencadeada visando desarticular quadrilha envolvida no comércio de anabolizantes e outros medicamentos de venda restrita via internet;

Participação no Estado em conjunto com o Ministério Público Federal, em operações de combate a exploração de jogos de bingo;

Participação em apoio a diversas Operações de instituições, tais como, Ministério Público Federal, Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e Fazenda Estadual.

**Ação 4679 – Serviços de proteção ao depoente especial** – Os dados desta ação são de responsabilidade do órgão central em Brasília.

**Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso**

Atuando dentro desta ação temos o Núcleo de Inteligência Policial-NIP que realizou em 2010 a operação Canal Vermelho discriminada a seguir:

CANAL VERMELHO	Desarticular associação criminosa para prática de contrabando e descaminho, com participação de servidores públicos, inclusive policiais militares – Inquérito Policial n.º 1840/2008-SR/DPF/CE. Foram apreendidos 08 (oito) veículos, a quantia em moeda nacional de R\$31.509,00 e a quantia em dólares americanos de U\$1.160,00
----------------	--

Comparativo das atividades do NIP 2010/2009

ATIVIDADES do NIP	TOTAL ANO 2010	TOTAL ANO 2009
Prisão Preventiva	12	17
Prisão Temporária	12	0
Mandados de busca	16	31

<b>Programa: 1353 – Modernização da Polícia Federal</b>	<b>Despesa Empenhada</b>
Ação: 8979 Reforma e Modernização das Unidades do DPF	R\$ 332.550,22

### **Ação 8979 – Reforma e modernização das Unidades do DPF**

No ano de 2010 foram realizados procedimentos licitatórios para reforma da Delegacia de Juazeiro do Norte, visando a instalação da unidade técnica científica nesta Delegacia, e a contratação de empresa para serviços de substituição e fornecimento de 02 (dois) elevadores para o prédio desta Superintendência, mas a conclusão dos dois objetos está prevista para o ano de 2011 por isso ainda não temos nenhuma unidade efetivamente reformada no ano de 2010.

<b>Programa: 1453- Nacional de Segurança Pública com Cidadania- PRONASCI</b>	<b>Despesas Empenhada</b>
Ação: 20ev – Enfrentamento ao Crack e outras Drogas	R\$ 407.174,69
Ação: 8375 – Campanha do Desarmamento	R\$ 35.400,00

### **Ação 20ev – Enfrentamento ao Crack e outras drogas**

Esta ação não possui unidade de medida portanto não há como mensurar a realização da meta física, porém a para o desempenho desta ação temos a Delegacia de Repressão a entorpecentes – DRE que realizou as atividades discriminadas a seguir durante o ano de 2010.

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Prisão preventiva	15	0
Prisão temporárias	0	0
Mandados de busca	50	0
Veículos apreendidos	26	28
Valores apreendidos	R\$ 143.190,00 e US\$ 543,00	R\$ 403.985,00 ; US\$ 402,00 e Euro 615,00

### **DROGAS APREENDIDAS**

<b>DROGAS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
COCAINA	704.653,56 g	463.904,89g
MACONHA	13.064,60 g	113.513,00g
HAXIXE	53,84 g	-
ANFETAMINA	239 comp. + 89,32 g	-
PSICOTRÓPICOS	2,90g (LSD)	-

### **Ação 8375 – Campanha do desarmamento**

Quanto a ação Campanha de Desarmamento em 2009 foram pagas indenizações de 256 armas o equivalente ao valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) já no ano de 2010 foram pagas indenizações de 237 armas o equivalente ao valor de R\$ 35.400,00 (trinta cinco mil e quatrocentos reais) .

<b>Programa: 0087 Gestão da Política da Previdência</b>	<b>Despesas Empenhada</b>
Ação: 8452 Combate as fraudes Previdenciárias	8.077,08

<b>Programa: 0089</b>	<b>Despesas Empenhada</b>
Ação: 0181 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	R\$ 48.664,54

#### **Ação 8452 - Combate as fraudes previdenciárias**

#### **Ação 0181 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União**

Não há como medir a quantidade de pessoas beneficiadas tendo em vista que a atuação dentro destas ações foi realizando duas operações de combate a fraudes previdenciárias. Atuando dentro destas duas ações temos a DELEPREV – Delegacia de Repressão a crimes previdenciários DELEPREV que realizou em 2010 as operações discriminadas a seguir:

Operação Mônaco	Fraude consistia na utilização de documentos falsos (certidões de nascimento, RG e CPF) para o requerimento indevido de benefícios destinados a idosos carentes pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na agência da Previdência Social de Baturité/CE, valor arrecadado R\$15.000,00.
Operação Registro	A partir da informação da possível utilização de documentos falsos para requerer benefício assistencial ao idoso – LOAS, na APS de Baturité/CE, foram realizada investigação prévia que culminou com a instauração do Inquérito Policial n.º 1252/2009 e os resultados obtidos demonstraram indícios da atuação organizada de um grupo criminoso que efetuava registros de nascimentos ideologicamente falsos no Cartório de Acarapé/CE e com base em tais registros obtinham documentos de identidades também falsos, com o fim de requerer benefícios previdenciários. Os integrantes do bando são “ciganos”, e o <i>modus operandi</i> adotado por este grupo está disseminado entre essa comunidade por todo o País, já tendo inclusive sido deflagradas operações semelhantes em outros Estados da Federação (BA, MG, RN e PB), não houve apreensões.

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Prisão Preventivas	0	0
Prisão Temporárias	19	0
Mandados de busca	0	0

## 2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro

### 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

**Quadro A.2.8- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200393
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200392

#### 2.4.1.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

**QUADRO A.2.9 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**

Valores em R\$  
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	30108	'0612207502000	R\$ 1.299,98	-	R\$ 5.867.293,77
		30108	'0927200890181	R\$ 48.664,54	-	-
		30909	'0612506622679	-	-	R\$ 34.498,09
		30909	'0612806624572	-	-	R\$ 7.631,00
		30909	'0618106622726	-	-	R\$ 3.288.015,14
		30909	'0618106624679	-	-	R\$ 18.557,20
		30909	'0618306622720	-	-	R\$ 58.809,15
		30101	'06422145320EV	-	-	R\$ 407.174,69
30101	'0642214538375	-	-	R\$ 35.400,00		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	33101	'0912207502000	-	-	R\$ 3.753,66
		33101	'0927100878452	-	-	R\$ 8.077,88
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-

	<b>Recebidos</b>	<b>30909</b>	'0618113538979	R\$ 332.550,22	-	-
		<b>30909</b>	'0618306622720	R\$ 12.560,90	-	-
		<b>30108</b>	'0612207502000	R\$ 38.620,14	-	-
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-
	<b>Recebidos</b>	<b>33101</b>	'0912207502000	R\$ 16.432,39	-	-

Fonte: SIAFI

## Análise Crítica:

A movimentação Interna de Créditos das Fontes Tesouro, FUNAPOL e Ministério da Justiça, vem fazer face a todas as demandas da atividade-meio e, principalmente, da atividade-fim da Polícia Federal no Ceará que está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, uma (01) Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte e um (01) Posto Avançado localizado na Cidade de Sobral, o qual foi instituído pela Portaria n.º 219/2007-DG/DPF.

As operações realizadas pelas 09 Delegacias Especializadas requerem todo o suporte material que vai desde o combustível, material permanente e de consumo, viaturas em condições de pronto uso, dentre outros meios. Vale destacar também as operações que tem abrangência fora do Estado do Ceará e as realizadas em outras Descentralizadas, requerendo mobilização de efetivo desta Superintendência Regional com o consequente pagamento de diárias e passagens aéreas.

Todo o trabalho desenvolvido nestas operações visam atender requisições da Justiça, Ministério Público bem como as investigações originadas pela própria Polícia Federal resultando na produção de grande volume de inquéritos policiais, peças informativas contendo elementos da prática do crime que auxiliarão o Ministério Público a oferecer a denúncia dando início ao processo judicial.

Os valores referentes a movimentação externa referem-se a créditos orçamentários descentralizados oriundos de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Previdência Social, Ministério da Justiça e Departamento de Polícia Federal, e são destinados, de forma vinculada, ao reaparelhamento da DELEPREV e da FTPREV.

O Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o Planejamento, desenvolvimento e execução de ações conjuntas visando coibir a prática de ilícitos criminais contra a Previdência Social, na área de Benefícios, preferencialmente os praticados por grupos, quadrilhas e organizações criminosas.

O aparelhamento da DELEPREV/SR/DPF/CE propiciados com os créditos orçamentários oriundos do referido Acordo vem reforçar os meios materiais disponíveis para combater os grupos especializados em fraudar a Previdência Social tanto na Capital quanto no interior do Estado, evitando desvios e consequentemente prejuízos de grande monta aos cofres públicos.

Destacamos ainda os recursos recebidos do FUNAPOL no valor de R\$ 332.550,22 destinados a aquisição de dois elevadores para o Ed. Sede, indispensável para a acessibilidade do cidadão a este Prédio Público bem como a Reforma e da Delegacia de Juazeiro do Norte que estava em condições estruturais precárias ao ponto de por em risco a segurança do público externo e servidores.

## 2.4.2- Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.2.1 - Execução Orçamentária de créditos originários da UJ

#### 2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Licitação

Quadro A.2.10 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	R\$ 138.466,18	R\$ 138.703,38	R\$ 138.466,18	R\$ 138.703,38
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	R\$ 3.734.169,47	R\$ 4.266.976,59	R\$ 3.734.169,47	R\$ 4.266.976,59
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	R\$ 241.636,39	R\$ 217.792,84	R\$ 241.636,39	R\$ 217.792,84
Inexigibilidade	R\$ 628.678,70	R\$ 667.268,34	R\$ 628.678,70	R\$ 667.268,34
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	R\$ 187.064,72	R\$ 173.561,68	R\$ 187.064,72	R\$ 173.561,68
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	R\$ 2.553.356,11	R\$ 3.978.547,42	R\$ 2.553.356,11	R\$ 3.978.547,42
<b>Outros</b>	<b>R\$ 198.307,73</b>	<b>R\$ 532.173,70</b>	<b>R\$ 198.307,73</b>	<b>R\$ 532.173,70</b>

Fonte: SIAFI

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

### 2.4.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.11 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	31.128,50	49.964,52	31.128,50	49.964,52	-	-	31.128,50	49.964,52
<b>08 Outros Benefícios assistenciais</b>	31.128,50	48.664,54	31.128,50	48.664,54	-	-	31.128,50	48.664,54
<b>92 Despesas de exercícios anteriores</b>	-	1.299,98	-	1.299,98	-	-	-	1.299,98
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	7.399.503,10	9.729.209,78	7.275.107,42	9.471.786,53	124.395,68	257.423,25	7.275.107,42	9.471.786,53
<b>14 Diária – pessoal civil</b>	2.547.623,24	3.978.340,32	2.547.623,24	3.978.340,32	-	-	2.547.623,24	3.978.340,32
<b>30 Material de consumo</b>	783.496,01	1.128.123,61	773.035,20	918.885,81	10.460,81	209.237,80	773.035,20	918.885,81
<b>33 Passagens e despesas com locomoção</b>	486.634,02	420.588,66	480.096,88	420.588,66	6.537,14	-	480.096,88	420.588,66
<b>36 Outros serviços de terceiros – pessoa física</b>	24.979,81	32.463,73	24.979,81	32.463,73	-	-	24.979,81	32.463,73

<b>37</b> <b>Locação</b> <b>de mão-</b> <b>de-obra</b>	1.867.230,89	2.073.357,42	1.857.712,31	2.056.554,36	9.518,58	16.803,06	1.857.712,31	2.056.554,36
<b>39</b> <b>Outros</b> <b>serviços</b> <b>de</b> <b>terceiro</b> <b>pessoa</b> <b>jurídica</b>	1.454.442,70	1.600.021,40	1.374.544,37	1.574.343,19	79.898,33	25.678,21	1.374.544,37	1.574.343,19
<b>39</b> <b>Outros</b> <b>serviços</b> <b>de</b> <b>terceiro</b> <b>pessoa</b> <b>jurídica -</b> <b>Op. intra-</b> <b>orçament</b> <b>arias</b>		10.003,44		10.003,44	-	-	-	10.003,44
<b>41</b> <b>Contribui</b> <b>ções</b>	1.034,81		1.034,81		-	-	1.034,81	
<b>47</b> <b>Obrig.Tri</b> <b>but.</b>		5.308,54		5.308,54	-	-		5.308,54
<b>47</b> <b>Obrig.Tri</b> <b>but. e</b> <b>Contr-Op.</b> <b>intra-</b> <b>orçament</b> <b>arias</b>	8.256,41	2.697,57	8.256,41	2.697,57	-	-	8.256,41	2.697,57
<b>92</b> <b>Despesas</b> <b>de</b> <b>exercícios</b> <b>anteriores</b>	17.498,69	342.551,87	17.498,69	342.051,87	-	500,00	17.498,69	342.051,87
<b>93</b> <b>Indenizaç</b> <b>ões e</b> <b>restituiçõe</b> <b>s</b>	208.306,52	135.753,22	190325,7	130.549,04	17.980,82	5.204,18	190.325,70	130.549,04

Fonte: SIAFI

**Quadro A.2.12 - Evolução de Gastos Gerais**

Descrição	ANO		
	2008	2009	2010
<b>1.PASSAGENS</b>	<b>R\$ 540.545,17</b>	<b>R\$ 486.658,02</b>	<b>R\$ 420.588,66</b>
<b>2.DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b>	<b>R\$ 2.090.560,86</b>	<b>R\$ 2.553.356,11</b>	<b>R\$ 3.978.547,42</b>
<b>3.SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>	<b>R\$ 1.094.226,52</b>	<b>R\$ 1.889.736,65</b>	<b>R\$ 2.083.360,86</b>
<b>3.1 Publicidade</b>	<b>R\$ 27.843,28</b>	<b>R\$ 16.500,00</b>	<b>R\$ 10.003,44</b>
<b>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	<b>R\$ 690.973,22</b>	<b>R\$ 1.215.233,28</b>	<b>R\$ 1.316.526,87</b>
<b>3.3 Tecnologia da Informação</b>	-		-
<b>3.4 Outras Terceirizações</b>	<b>R\$ 375.410,02</b>	<b>R\$ 658.003,37</b>	<b>R\$ 756.830,55</b>
<b>4.CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	<b>R\$ 128.830,93</b>	<b>R\$ 184.838,10</b>	<b>R\$ 173.561,68</b>
<b>5.SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>R\$ 3.854.163,48</b>	<b>R\$ 5.114.588,88</b>	<b>R\$ 6.656.058,62</b>

Fonte: SIAFI

### 2.4.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

*Quadro A.2.13 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ*

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>	<b>482.562,46</b>	<b>400.163,65</b>	<b>406.571,88</b>	<b>59.558,41</b>	<b>75.990,58</b>	<b>340.605,24</b>	<b>406.571,88</b>	<b>59.558,41</b>
<b>51 Obras e instalações – Op. Int. Orc.</b>	25.247,05	332.550,22	0,00	31.701,75	25.247,05	300.848,47	–	31.701,75
<b>52 Equip. E material permanente – Op. Intra Orc</b>	457.315,41	67.613,43	406.571,88	27.856,66	50.743,53	39.756,77	406.571,88	27.856,66
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: SIAFI

#### **Considerações: Quadros A.2.10, A.2.11, A.2.12 e A.12.13**

Por falta de liberação de orçamento no final do exercício de 2009, pela Coordenação de Orçamento e Finanças, para pagamento de alguns contratos desta Superintendência ficaram algumas despesas em DEA (Despesas de exercícios anteriores), que foram pagas no ano de 2010.

Destacamos que no ano de 2010 houve uma redução dos gastos com despesas com cartão de pagamento do Governo Federal, tendo em vista um maior controle por parte da Administração visando essa redução.

Quanto aos equipamentos e material permanente foram adquiridos aparelhos telefônicos, impressoras, ventiladores, ar condicionados, desktop e fragmentadoras para atender a demanda desta Superintendência Regional.

O valor de R\$ 332.550,22 referente a despesa empenhada em 2010 corresponde a aquisição de dois elevadores novos e contratação da empresa para reforma e recuperação do prédio onde está instalada a Delegacia de Juazeiro do Norte/CE que serão concluídas no decorrer do exercício de 2011.

Sofreram repactuações, com base em aumento salarial previsto na convenção coletiva de trabalho, os contratos de limpeza, vigilância, copeiragem, recepção e de conservação de bens móveis e imóveis durante o ano de 2010 o que impactou no acréscimo das despesas com terceirização. Ressaltando que em 2010 houve nova contratação de vigilância armada reduzindo os postos anteriormente contratados tendo em vista as limitações orçamentárias.

#### 2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

##### 2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

**QUADRO A.2.14 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$  
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>	<b>R\$ 723,24</b>	<b>R\$ 19.973,50</b>	<b>R\$ 723,24</b>	<b>R\$ 19.973,50</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	R\$ 723,24	R\$ 19.973,50	R\$ 723,24	R\$ 19.973,50
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>		<b>R\$ 3.259,80</b>		<b>R\$ 3.259,80</b>
Dispensa		R\$ 3.259,80		R\$ 3.259,80
Inexigibilidade				
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>R\$ 3.052,36</b>	<b>R\$ 5.029,83</b>	<b>R\$ 3.052,36</b>	<b>R\$ 5.029,83</b>
Pagamento em Folha				
Diárias	R\$ 3.052,36	R\$ 5.029,83	R\$ 3.052,36	R\$ 5.029,83
<b>Outras</b>				

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

**QUADRO A.2.15 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-	R\$ 1.440,00	R\$ 3.775,60	R\$ 11.830,74	-	R\$ 1.440,00	-	R\$ 11.830,74
14 – Diárias – pessoal civil	-	-	R\$ 3.052,36	R\$ 5.029,83	-	-	-	R\$ 5.029,83
30 – Material de Consumo	-	-	-	R\$ 1.819,80	-	-	-	R\$ 1.819,80
33 - Passagens e despesas com locomoção	-	-	R\$ 723,24	R\$ 3.541,11	-	-	-	R\$ 3.541,11
39 – Outros serviços de terceiro pessoa jurídica	-	R\$ 1.440,00	-	-	-	R\$ 1.440,00	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

**QUADRO A.2.16 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	R\$ 16.432,39	-	R\$ 15.796,30	-	R\$ 636,00	-	-

52- Equip.e material permanente	-	R\$ 16.432,39		R\$ 15.796,30	-	R\$ 636,00	-	R\$ 15.796,30
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

### **Análise Crítica:**

A criminalidade tem avançado em todas as áreas, e é frequente no noticiário nacional ações de quadrilhas organizadas fraudando a Previdência Social, resultando em desvios de elevadas quantias que deixam de ser aplicadas em políticas públicas.

A Polícia Federal deverá estar preparada para combater estas ações uniformizando a repressão além de apresentar soluções adequadas para sua atuação nas ocorrências da macro criminalidade regionais, existindo, portanto, interesse público superior em conter estas ações.

Para tratar destas estratégias a Coordenação - Geral de Política Fazendária definiu um calendário para a realização do III Encontro Regional de Forças Tarefas contemplando todas cinco Regionais do Brasil, tendo a da Região Nordeste ocorrido em Fortaleza/CE nos dias 25 e 26 de novembro de 2010, sendo necessário a contratação do local e aquisição de materiais para a realização do evento.

A participação no evento foi estendida a representantes do Ministério Público Federal e do Ministério da Previdência Social, por suas Gerências de Assessorias de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos – APE-GR.

O trabalho permanente da Polícia Federal na repressão e prevenção exige investimentos em capacitação dos servidores policiais e equipamentos.

### 3 - Informações sobre Restos a Pagar - 2010

Quadro A.3.1 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2010

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	R\$ 21.739,04	R\$ 21.739,04	-	-
2009	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	R\$ 1.040.720,08	R\$ 213.667,31	R\$ 728.052,04	R\$ 99.000,73
2009	R\$ 200.386,26	R\$ 18.342,99	R\$ 156.596,22	R\$ 25.447,05
<b>Observações:</b>				

Fonte: SIAFI

#### Considerações

Os processos de restos a pagar são gerados quando as despesas são empenhadas dentro do exercício financeiro, mas não foram pagas, por motivos diversos e alheio a vontade da administração, as vezes não recebemos sub repasse de financeiro em tempo hábil ou seja até 31/12 e alguns o serviços não foram executados dentro do exercício corrente. Quando a Nota fiscal chega ao NEOF é feita a liquidação da despesa no CPR e solicita a COF por meio Programação Financeira o sub-repasse, sempre damos prioridades ao pagamento dos restos a pagar.

A existência de restos a pagar por mais de um exercício financeiro aconteceu tendo em vista o contrato de realização de projeto arquitetônico da reforma desta Superintendência, ainda não entregue pela contratada, porque está sendo realizadas algumas adaptações no projeto, em 2009 foi realizado um aditivo ao contrato do projeto arquitetônico. O valor deste contrato e termo aditivo correspondem aos valores existentes em restos a pagar para o exercício de 2010.

Em 2010 foi realizado o pagamento referente a reforma do NUTEC da Delegacia de Juazeiro do Norte-CE, no valor de R\$ 24.042,60 e cancelado o valor de R\$ 159.635,73 por ter rescindido o contrato por inexecução do objeto.

## 4- Recursos Humanos

### 4.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>		441	14	14
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>				
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>		<b>441</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		2		
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>			2	
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>		8		
1.4.1 Cedidos		8		
1.4.2 Removidos		14		
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>				
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>		4		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado		264		3
<b>2.3 Funções gratificadas</b>		<b>21</b>		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
<b>3 Total</b>		451	16	17

Fonte: SRH

**QUADRO A.4.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA -  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	7	141	192	78	23
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	7	141	192	78	23
1.3. Servidores com Contratos Temporários		2			
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			2	8	
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			3	1	
2.3. Funções gratificadas			17	4	

Fonte: SIAPE/SRH

**QUADRO A.4.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE  
ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>			1						
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1	2	127	311			
1.3. Servidores com Contratos Temporários						2			
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					3	5			
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4			
2.3. Funções gratificadas						21			

**LEGENDA****Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

**4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas**

**QUADRO A.4.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

<b>Regime de proventos / Regime de aposentadoria</b>	<b>Quantitativo de Servidores</b>	<b>Aposentadorias em 2010</b>
<b>1 Integral</b>	258	3
1.1 Voluntária		2
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	24	1
1.4 Outras		
<b>2 Proporcional</b>	5	
2.1 Voluntária		2
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	3	
2.4 Outras		

Fonte: SRH

**QUADRO A.4.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

<b>Regime de proventos originário do servidor</b>	<b>Quantitativo de Beneficiários</b>	<b>Pensões concedidas em 2010</b>
<b>1. Integral</b>	92	3
<b>2. Proporcional</b>		

Fonte: SRH

### 4.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.4.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>					
• Área Fim					
• Área Meio	14	14	14	14	R\$ 79.342,51
<b>Nível Médio</b>					
• Área Fim					
• Área Meio					

Fonte: SRH/SIAFI

### 4.4 Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios 2008, 2009 e 2010

Quadro A.4.7 Quadro de custos de recursos humanos de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	51.020.316,71	5.276,84	4.585.529,99	1.939.980,98	80.785,59	611.248,62	1.167.205,99	59.410.344,72
2009	52.444.697,10	3.885,88	5.754.007,45	1.727.928,89	696.843,43	695.577,65	494.320,77	61.817.261,17
2010	55.600.794,54	6.185,96	4.681.959,82	2.063.960,28	37.448,61	1.063.188,80	1.979.999,84	65.433.537,85
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-

2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	726.615,00	66.548,93	61.346,95	28.864,35	-	61.439,14	11.699,24	956.513,61
2009	934.508,96	74.802,24	85.032,80	42.709,02	-	58.455,07	16.163,27	1.211.671,36
2010	945.591,36	76.189,32	85.032,80	31.233,32	-	60.803,00	24.869,97	1.223.719,77
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	4.111.952,28	70.257,06	364.515,91	161.905,76	1.894,87	37.767,56	52.930,75	4.801.224,19
2009	4.314.995,88	73.354,75	412.830,59	161.544,03	30.911,29	92.422,22	30.646,06	5.116.704,82
2010	4.455.360,88	70.743,60	1.026.507,07	158.698,20	801,12	142.247,94	116.534,22	5.970.892,23

Fonte: DPAG/CRH/DGP/DPF

#### 4.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

#### QUADRO A.4.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Ceará													
UG/Gestão: 200084/200392/200393							CNPJ: 00.394.494/0023-41						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	(L) Interna – 11.711,07 Externa – 13.011,60 Envidraçada - 830	O	Nº11/2006	00.274.215 /0001-09	15/09/06	14/09/11	27	35	-	-	-	-	P
2008	(V) (8 postos)	O	Nº19/2008	08.293.388 /0001-78	04/06/08	30/06/10	18	22	-	-	-	-	E
2010	(V) (8 postos)	O	Nº07/2010	06.315.190 /0001-12	01/07/10	30/06/11	13	15	-	-	-	-	A

**Observação:**  
Está em curso licitação para a prestação de serviço de limpeza e higiene.  
Os terceirizados do contrato Nº19/08 ajuizaram ação trabalhista em desfavor da empresa então contratada, com o objetivo de receber as suas verbas rescisórias. Para tanto, a SR/DPF/CE reteve faturas para custear a despesa. As ações encontram-se em curso e estão sendo acompanhadas pela Advocacia Geral da União. Em tempo, informamos que as ações tramitam na vara trabalhista das cidades de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral, locais onde era prestado o serviço de vigilância, objeto do Contrato em comento.

**LEGENDA****Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Setor de Contratos SR/DPF/CE

**QUADRO A.4.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
<b>Nome:</b> Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Ceará													
<b>UG/Gestão:</b> 200084/200392/200393							<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0023-41						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	Nº 17/2008	07.783.832/0001-70	02/06/08	31/12/11	-	-	5	5	-	-	P
2008	3	O	Nº 17/2008	07.783.832/0001-70	02/06/08	31/12/11	2	2	-	-	-	-	P
2008	2	O	Nº 18/2008	06.234.467/0001-82	04/06/08	31/12/11	3	3	-	-	-	-	P
2008	1	O	Nº 21/2008	02.196.969/0001-05	15/10/08	31/12/11	-	-	38	38	-	-	P
2008	1	O	Nº 22/2008	07.783.832/0001-70	15/10/08	31/12/11	-	-	2	2	-	-	P
2009	2	O	Nº 15/2009	07.946.353/0001-28	01/07/09	30/06/11	4	4	-	-	-	-	P
<b>Observação:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b>													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													

6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;

7. Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Setor de Contratos SR/DPF/CE

**QUADRO A.4.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Identificação do Contrato	Área	Qtd.		Unidade Administrativa
Nº11/2006	7	21	1 supervisor	Prédio-sede da SR/DPF/CE
			20 zeladores	
		5		Anexo
		2		Depom (Porto)
		2		Posto Avançado de Sobral/CE
		5	1 encarregado	Delegacia de Juazeiro do Norte/CE
			4 zeladores	
<b>35</b>		<b>Total</b>		
Nº19/2008	8	10 vigilantes	2 postos de 24h (8 homens)	Prédio-sede da SR/DPF/CE
			2 postos de 44h (2 homens)	
		4 vigilantes	1 posto de 24h	Anexo
		4 vigilantes	1 posto de 24h	Posto Avançado de Sobral/CE
		4 vigilantes	1 posto de 24h	Delegacia de Juazeiro do Norte/CE
		<b>22</b>		<b>Total</b>
Nº07/2010	8	2 vigilantes	1 posto de 12h noturnas	Prédio-sede da SR/DPF/CE
		5 vigilantes	1 posto de 44h (1 homem)	Anexo
			1 posto de 12h diurnas (2 homens)	
			1 posto de 12h diurnas (2 homens)	
		4 vigilantes	1 posto de 12h diurnas (2 homens)	Posto Avançado de Sobral/CE
1 posto de 12h diurnas (2 homens)				

		4 vigilantes	1 posto de 12h diurnas (2 homens)	Delegacia de Juazeiro do Norte/CE
			1 posto de 12h diurnas (2 homens)	
		<b>15</b>		<b>Total</b>
Nº 17/2008	1	5	3 contínuos	Prédio-sede da SR/DPF/CE
			2 recepcionistas	
Nº 17/2008	3	2	1 copeira	Prédio-sede da SR/DPF/CE
			1 copeiro JNE	
Nº 18/2008	2 4	3	1 pintor	Prédio-sede da SR/DPF/CE
			1 marceneiro	
			1 bombeiro hidráulico	
Nº 21/2008	1	38 recepcionistas	30	Aeroporto Internacional Pinto Martins
			8	Anexo
Nº 22/2008	1	2 recepcionistas	2	Delegacia de Juazeiro do Norte/CE
Nº 15/2009	2	4 eletricitas	1 posto de 24h	Prédio-sede da SR/DPF/CE

#### **LEGENDA**

##### **Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Setor de Contratos SR/DPF/CE

#### **4.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

Não constam indicadores desenvolvidos no âmbito deste SRH/SR/DPF/CE, haja vista que a sede deste órgão detém todas as informações e que os índices de rotatividade, absenteísmo, desempenho, demandas trabalhistas e outros não são de competência deste SRH uma vez que não há parâmetros para tais indicadores.

## 5 - Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro A.5.1 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

<b>DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS</b>			
<b>DECLARAÇÃO</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código das UGs:</b>	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará.		200392 e 200393	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
	<b>Fortaleza/CE</b>	<b>Data</b>	<b>30 de março de 2011</b>
	<b>ANDREA FARIAS CARLOS</b> <b>ADMINISTRADOR</b>	<b>Matrícula nº</b>	<b>12230</b>

## 6 - Declaração da área Recursos Humanos relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

*Quadro A.6.1 - Declaração do Responsável pela Área de Recursos Humanos*

<b>DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS</b>		
<b>DECLARAÇÃO</b>		
<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código das UGs:</b>	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará.	200392 e 200393	
<p>Declaro que de acordo com levantamento realizado pelo Cadastro do Setor de Recursos Humanos da SR/SPD/CE, na forma da Lei nº 8.730 de 10 de novembro de 1993, todos os servidores ativos desta Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará apresentaram cópia da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física e/ou autorizaram acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativo ao exercício de 2010, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
<b>Fortaleza/CE</b>	<b>Data</b>	<b>29 de março de 2011</b>
<b>JOSÉ VIDAL PESSOA</b> <b>CHEFE DO SRH/SR/DPF/CE</b>	<b>Matrícula nº</b>	<b>887</b>

## 7 - Informação sobre o sistema de controle interno

### 7.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

**QUADRO A.7.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>					
	1	2	3	4	5

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					<b>X</b>
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		<b>X</b>			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		<b>X</b>			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				<b>X</b>	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>X</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>X</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			<b>X</b>		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			<b>X</b>		
<p><b>Considerações gerais:</b> Somente em 23/12/10 foi instituída a IN nº <b>043/2010-DG/DPF</b> com a finalidade de definir os procedimentos para a instituição, no âmbito das Superintendências de Polícia Federal, da Unidade de Controle Interno – UCI, subordinada ao respectivo Superintendente Regional e vinculada tecnicamente ao Assessor de Controle Interno, com a atribuição de assessorar o dirigente da unidade descentralizada nas atividades de análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão e prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 8 - Informações quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços

### 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> Foram incluídas algumas exigências nos editais de obras e serviços de engenharia				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul> Foram incluídas algumas exigências nos editais de obras e serviços de engenharia				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul> Já utilizamos lâmpadas fluorescentes a um bom período. Para redução do consumo de energia elétrica foi desligada a central de ar condicionado e utilização de split's.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul> Papel A4 reciclado		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul> Utilizamos para os cartuchos e toners utilizados nas impressoras desta Superintendência o serviço de recarga		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
qualidade de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> Para redução do consumo de energia elétrica foi desligada a central de ar condicionado e utilização de split's		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>			X		
<i>Considerações Gerais:</i>					
<b>LEGENDA</b> <i>Níveis de Avaliação:</i> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. <b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 9- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ

### 9.1 Gestão de bens imóveis de uso especial

**QUADRO A.9.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA POLÍCIA FEDERAL NO CEARÁ	
		EXERCÍCIO DE 2009	EXERCÍCIO DE 2010
BRASIL	CEARA	01	01
	FORTALEZA	01	01
Total Brasil		01	01

Fonte: SIAFI e SELOG

**QUADRO A.9.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO CEARÁ.**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200392	138900027.500-6	13	4	*	07/11/2005	2.105.781,11	211.345,00	197.729,16
<b>Total</b>							409074,16	

\* Não consta no SIAFI o valor histórico

Fonte: SIAFI e SELOG

#### Análise Crítica:

O imóvel informado é onde está instalada a Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará, localizado na Rua Dr. Laudelino Coelho, 55 - Bairro de Fátima, Fortaleza/CE, com área construída de 5.033,44m<sup>2</sup>, e encravado em um terreno de 4.008,12m<sup>2</sup>, com 34 anos de construído, e composto de dois pavimentos, além do térreo e subsolo.

O valor da despesa com a sua manutenção é referente a contratação de empresa para

efetuar serviços de substituição e fornecimento de dois elevadores, o qual foi empenhado no exercício de 2010, porém com previsão de entrega e instalação dos mesmos para o exercício de 2011.

Já o valor da despesa com manutenção das instalações se refere a dois contratos: um de manutenção das instalações elétricas e o outro da contratação de bombeiro, pintor e marceneiro, atendendo às instalações hidro-sanitárias, paredes e divisórias.

Para o exercício de 2011, já foi solicitado à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Ceará uma nova avaliação que já foi realizada.

Existem outros imóveis utilizados pela Polícia Federal no Ceará onde funcionam a Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE, Anexo a Superintendência, Posto Avançado de Sobral/CE e a DEPOM-Delegacia Especial de Polícia Marítima, conforme especificações a seguir:

<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>Tipo de disponibilização</b>
Delegacia de Policia Federal de Juazeiro do Norte/CE	Rua Interventor Erivano Cruz, nº 50 - Bairro Matriz – Juazeiro do Norte/CE	Cessão de uso com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Anexo a Superintendência	Rua Paula Rodrigues, nº 304 – Bairro de Fátima - Fortaleza/CE	Acordo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado
Posto Avançado de Sobral	Av. Dr. Guarany, 98 - Bairro Derby Club - Sobral/CE	Disponibilizado pela Prefeitura de Sobral através de locação com particular
DEPOM	Rua Amigos da Marinha, S/N – Mucuripe - Fortaleza/CE	Cessão de uso com a Companhia Docas do Ceará

# 10 - Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

## 10.1 Gestão de Tecnologia da Informação

QUADRO A.10.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			x		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	6				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				x	
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0,00%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
<p><b>Considerações Gerais:</b> Respondido individualmente pelo Chefe do NTI desta Superintendência. Informo que desde 2007, todos os programas escritos em Visual Basic, Delphi, Clipper e outras linguagens foram reescritas em PHP, alinhando com a tendência WEB de programação e linguagem que estava em produção na época, tendo mais pessoas dominando o conhecimento. O programa de recebimento de chamadas do NTI em VB, o programa de ficha financeira em Light Base, o Programa de Custódia em VB, o programa de viaturas em Clipper, o programa de avisos programados em Delphi, etc., todos foram construídos em PHP.</p> <p>Os servidores de PDC com LINUX, aos poucos estão sendo reconstruídos com Windows 2003 Server, já que não há mais o suporte de LINUX pois os integrantes do NTI que detinham o conhecimento se aposentaram ou pediram exoneração.</p> <p>Diversos programas locais construídos em PHP com banco de dados MySql foram colocados em produção, com a finalidade de automatizar alguns processos. Com a plataforma PHP e com construção projetada, as manutenções são menores e mais fácil de serem executadas.</p> <p>Foram adquiridos alguns equipamentos de no-break para oferecerem uma maior disponibilidade dos sistemas, e foram instalados em pontos chaves como o Posto de Polícia Federal em Sobral/CE na Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE, no Anexo da SR/CE e na própria SR/CE. Estão em andamento três projetos básicos de aquisição de serviços. Um de CFTV, um de manutenção de aparelho de NO-BREAK e o último de Central Telefônica.</p> <p>Foi construído um programa em VB para servir de máquina de back-up. Ele monitora o tempo, e de acordo com o estabelecido, ele realiza cópias dos arquivos da rede em dois lugares diferentes.</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

# 11 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal

Quadro A.11.1 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG: 200393		Limite de utilização da UG: R\$ 718.000,00			
PORTADOR	CPF	VALOR		FATURA	TOTAL
		LIMITE	SAQUE		
ADRIANO LIMA BEZERRA	68821204391	8.000,00	1.920,00	2.813,49	4.733,49
CHRISTIANE COSTA PESSOA MARTINS	21991685300	8.000,00	500,00	1.988,71	2.488,71
EDESIO CARLOS DOS SANTOS	49232380463	8.000,00	-	283,00	283,00
FABIO VINICIUS MOURA DE CARVALHO	5173276789	8.000,00	-	1.498,12	1.498,12
FRANCISCO ANTONIO CARDOSO	10307591387	8.000,00	-	294,00	294,00
FRANCISCO BRAGA NETO	15330362334	8.000,00	150,00	7.292,41	7.442,41
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS PEREIRA	16886887300	8.000,00	4.335,00	10.046,39	14.381,39
GONTRAN GIFONI NETO	58436499387	8.000,00	623,87	2.175,58	2.799,45
JAIME CONRADO BRASILEIRO FILHO	7392303368	8.000,00	1.505,00	4.209,26	5.714,26
JOAO FERNANDO AZEVEDO BESSA	26094800320	8.000,00	100,00	240,00	340,00
JOSE AGILMARIO DE MENESES	7312024300	8.000,00	500,00	998,04	1.498,04
JOSE ARGOS CARNEIRO DE VASCONCELOS	16166647387	8.000,00	120,00	479,68	599,68
JOSE CARLOS PIMENTEL	37344870720	8.000,00	455,88		455,88
JOSE GLAYSTON ARAUJO DOS SANTOS	28327551353	8.000,00	150,00	275,00	425,00
JOSE JADSON MELO MOURAO	16719603353	8.000,00	4.256,26	32.857,50	37.113,76
JOSE PEREIRA DE ARAUJO NETO	12247863353	8.000,00	-	10.366,00	10.366,00
JOSE VERAS FILHO	11621494349	8.000,00	-	423,06	423,06
JUTERVANIO ALVES E SILVA	17820957808	8.000,00	-	350,00	350,00
LUIS CLAUDIO ALVES AGUIAR	24132586391	8.000,00	587,37	1.073,65	1.661,02
MARCOS ONETE FONTENELE MOREIRA	43041477300	8.000,00	-	352,00	352,00
NARA LUCIA CAVALCANTI COUTINHO	13550926391	8.000,00	-	100,00	100,00
REGINA CLAUDIA DOS SANTOS	44181469387	8.000,00	-	3.912,61	3.912,61
VERBA SECRETA			37.596,78	34.858,16	72.454,94
<b>Total utilizado pela UG</b>					<b>169.686,82</b>
<b>Total utilizado pela UJ</b>					<b>169.686,82</b>

**Quadro A.11.2 Despesa com cartão corporativo (Série Histórica)**

<b>Exercícios</b>	<b>Valor de Saque</b>	<b>Valor de Fatura</b>	<b>Total (R\$)</b>
2008	R\$ 25.335,00	R\$ 75.663,83	R\$ 100.998,83
2009	R\$ 58.010,68	R\$ 127.506,23	R\$ 185.516,91
2010	R\$ 52.800,16	R\$ 116.886,66	R\$ 169.686,82

## 12 - Outras Considerações

A Polícia Federal aderiu ao programa Nacional de Gestão Pública - GesPública, no qual a gestão das unidades descentralizadas foram avaliadas de acordo com a metodologia do Programa. Neste jaez, a Polícia Federal no Ceará, através de ato formal, Portaria nº 068/2010-GAB/SR/DPF/CE, constituiu comissão composta por servidores de diversos cargos e setores para realizarem o preenchimento do Instrumento para Avaliação da Gestão pública.

As Oficinas de Auto-Avaliação ocorreram nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2010 com os servidores designados pela citada portaria, e teve como prática o preenchimento de um questionário abrangendo diversos aspectos da gestão, requerendo a coleta de informações de todas as áreas da Superintendência.

O resultado dos trabalhos desenvolvidos foi materializado no Certificado de Nível de Gestão, com validade até outubro de 2011, conferido pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GesPública à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará, o reconhecimento de Gestão NÍVEL 1.

Em 14 de junho de 2010, a Polícia Federal no Ceará, representada pelo seu Superintendente Regional, e na condição de compromissado, assinou Termo de Compromisso com o Diretor-Geral, assim com as demais descentralizadas, para dar cumprimento, na esfera de suas atribuições, as obrigações assumidas pela Polícia Federal como organização adesa do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA.

Dentre os compromissos constantes no Termo está o de constituir Comitê Interno do GESPÚBLICA para liderar as ações de melhoria da gestão a serem implementadas. O Comitê foi formalmente constituído através da PORTARIA nº 00133/2010-GAB/SR/DPF/CE, e terá como objetivo desenvolver e conduzir a implantação das metodologias preconizadas pelo programa no âmbito da organização, a partir dos seguintes focos:

- 7.Promover a implantação das medidas preconizadas pelo GESPÚBLICA, visando à ampliação da capacidade de formulação, implementação e avaliação da gestão;
- 8.Promover, modernizar, avaliar e divulgar projetos e ações sintonizadas com o GESPÚBLICA;
- 9.Mobilizar os Setores da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará para a melhoria da Gestão no caminho da excelência;
- 10.Auxiliar o Comitê Central da Polícia Federal na simplificação de procedimentos e normas, no desenvolvimento de modelos e na melhoria do atendimento aos cidadãos.

A Polícia Federal no Ceará também participou do II ciclo do Prêmio Ceará Gestão Pública, sendo agraciada na solenidade de Premiação e Reconhecimento, que ocorreu no dia 05.11.2010, com o NÍVEL BRONZE. Para os preparativos deste evento foram realizadas oficinas nos dias 29 e 30 de junho e 01 de julho visando a elaboração do Relatório de Gestão, instrumento indispensável à participação do Prêmio.

# 13 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.13.1 – Declaração do Contador Responsável

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>		
<b>DECLARAÇÃO PLENA</b>		
<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código das UGs:</b>	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará.	200392 e 200393	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p>		
<b>Brasília/DF</b>	<b>Data</b>	<b>09 de março de 2011</b>
<b>GLADSTON GUIMARÃES CNAVES</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF-12534/O-8</b>